



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



120

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0161027-5

COMARCA: SÃO LOURENÇO DA MATA-PE

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: SEVERINO PAULINO DE SENA TORRES

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

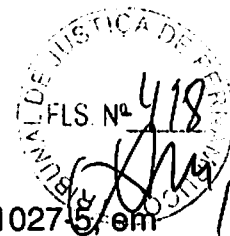
PROCURADOR: ITABIRA DE BRITO FILHO

5734

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA. *NOVATIO LEGIS IN MELLIOUS*. LEI Nº. 10.826/03 QUE EXCLUIU A QUALIFICADORA PREVISTA NO INC. IV DO § 3º. DO ART. 10 DA LEI Nº. 9.437/97. DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA PARA O ART. 10, *CAPUT*, DA LEI Nº 9.437/97. CONFIGURAÇÃO DA PRESCRIÇÃO EM ABSTRATO DA PRETENSÃO PUNITIVA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. DECISÃO – À UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO.

1. A Lei 10.826/03 não recepcionou a qualificadora descrita no §3º da Lei 9.437/97. Desclassificação da conduta, tendo em vista a aplicação do princípio da *novatio legis in mellius*.
2. Prescrição em abstrato da pretensão punitiva configurada entra a data do recebimento da denúncia e a data da publicação da sentença.
3. Extinção da punibilidade do crime previsto no art. 10, *caput*, da Lei 9.437/97, nos termos do art. 107, inciso IV, do Código Penal.

ACÓRDÃO



Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 1610275, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos do voto do Des. Relator.

121

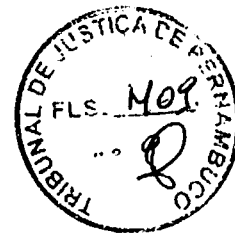
Recife, 25 de maio de 2010.


Marco Antônio Cabral Maggi
Des. Presidente e Relator





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



122

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0161027-5

COMARCA: SÃO LOURENÇO DA MATA-PE

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: SEVERINO PAULINO DE SENA TORRES

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

PROCURADOR: ITABIRA DE BRITO FILHO

RELATÓRIO

Trata-se de apelação criminal interposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco em face da sentença que condenou Severino Paulino de Sena Torres como incurso nas sanções do artigo 10, §3º, inciso IV, da Lei nº 9.437/97 e do artigo 180, *caput*, do Código Penal.

O apelado foi denunciado por estar portando, dentro de um veículo modelo Gol CLI, um revólver calibre 38, marca Rossi, e conduzindo uma espingarda de repetição manual "pump action", C.B.C, modelo 586, calibre 12 que se encontrava no banco traseiro do automóvel.

Consta na exordial acusatória que o veículo acima mencionado foi roubado na cidade de Recife, sendo abandonado na cidade de São Lourenço da Mata. Narra a denúncia que o recorrido, juntamente com mais dois acusados, se apossou do citado automóvel, passando a utiliza-lo na cidade de São Lourenço da Mata.

Após regular processamento, o apelado foi condenado à pena de 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 15 (quinze) dias multa pela prática do delito previsto no art. 10, §3º, inciso IV, da Lei 9.437/97 e à pena de 02 (dois) anos e 03



(três) meses de reclusão e 15 (quinze) dias-multa pela prática do crime previsto no art. 180, *caput*, do Código Penal.

123

Em suas razões recursais, às fls. 324/328, pleiteia o Ministério Público pela reforma parcial da sentença, a fim de que seja desclassificada a infração prevista no art. 10, §3º, inciso IV, da Lei 9.437/97 para a modalidade simples (art. 1º, *caput*, da Lei 9.437/97, c/c o artigo 61, inciso I, do Código Penal), tendo em vista que a Lei 10.826/03 eliminou a qualificadora em comento, sendo, portanto, mais benéfica neste ponto. Em consequência, pugna pelo reconhecimento da prescrição em abstrato com relação a esse delito.

Em sede de contra-razões às fls. 389/400, o recorrido pugna pelo provimento do recurso interposto pelo *Parquet*.

A Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 404/406, opinou pelo provimento do apelo.

É O RELATÓRIO.

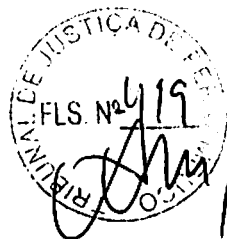
À Douta Revisão.

Recife, 05 de maio de 2009.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



124

QUARTA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0161027-5
COMARCA: SÃO LOURENÇO DA MATA-PE
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
APELADO: SEVERINO PAULINO DE SENA TORRES
RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
PROCURADOR: ITABIRA DE BRITO FILHO

VOTO

Srs. Desembargadores,
Sr.(a) Procurador(a).

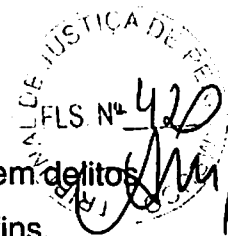
O Ministério Público deste Estado interpôs recurso de apelação, pugnando pela reforma parcial da sentença que condenou o apelado nas sanções dos artigos 10, §3º, inciso IV, da Lei nº 9.437/97 e 180, *caput*, do Código Penal.

O inconformismo do Ministério Público advém da condenação do recorrido nas penas do artigo 10, §3º, inciso IV, da Lei 9.437/97, ao argumento de que a Lei 10.826/03 suprimiu a qualificadora, motivo pelo qual alega que a conduta do apelado deve ser desclassificada para enquadrar-se no *caput* do art. 10 da Lei 9.437/97 e, via de consequência, ser reconhecida a prescrição em abstrato da pretensão punitiva.

Após detida análise dos autos, tenho que razão assiste ao *Parquet*.

É cediço que a Lei 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento), além de revogar a Lei 9.437/97, não recepcionou a norma descrita no inciso IV, §3º da revogada lei que

estabelecia como qualificadora o fato do agente possuir condenação anterior em delitos contra a pessoa, o patrimônio e por tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.



125

No caso dos autos, a prisão em flagrante do apelado ocorreu em 13/01/1998, sob a égide da Lei 9.437/97, contudo, a sentença só foi proferida em 13/06/2005, momento no qual já estava em vigor a Lei 10.826/2003.

Verifica-se assim que a sentença foi prolatada na vigência da Lei 10.826/03 e, tendo em vista o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica ao réu, disposto no art. 5º, inciso XL, da CF/88, e no art. 2º, parágrafo único, do CP, deveria o juiz singular ter modificado a tipificação do delito atribuído ao recorrido e afastado a incidência da qualificadora do art. 10, § 3º, inciso IV, da Lei nº 9.437/97, observando assim o princípio da *novatio legis in melius*.

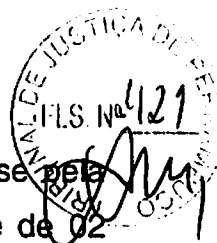
Nesse sentido trago à colação o seguinte julgado:

"Apelação - Porte ilegal de arma de fogo - Condenação nos termos do artigo 10, 'caput', da Lei nº 9.437/97 - Impossibilidade de reconhecimento da qualificadora do § 3º da referida lei - Nova lei do desarmamento que não recepcionou a qualificadora em seu texto - 'Novatio legis in melius' - Manutenção da condenação em 01 ano e 04 meses de detenção Prescrição - Sentença publicada no dia 16 de junho de 2003 - Prazo prescricional de 04 (quatro) anos - Prazo superado contado da data da publicação da sentença até o julgamento em Segundo Grau - Extinção da punibilidade declarada de ofício - Exame do mérito prejudicado". (TJSP, 4ª Câmara Criminal, Relator Salles Abreu, Apelação Criminal sem Revisão 993.08.029181-0, DJ 12/08/2008).

Desse modo, faz-se imperioso nesta oportunidade dar provimento ao apelo ministerial para desclassificar a conduta atribuída ao recorrido, enquadrando-a nos termos do art. 10, *caput*, da Lei 9.437/97 que prevê a pena de 01 (um) a 02 (dois) anos de detenção e multa, passando a reincidência a ser considerada como agravante genérica a ser aplicada na segunda fase do critério trifásico de fixação da pena.

Tendo em vista a redução da pena em abstrato, faz-se necessário reconhecer a prescrição em abstrato da pretensão punitiva.

Como se sabe, a prescrição da pretensão punitiva em abstrato regula-se pela pena máxima prevista para o delito. No caso em comento a pena máxima é de 02 (dois) anos, ocorrendo assim a prescrição em 04 (quatro) anos, conforme dispõe o artigo 109, inciso V, do Código Penal.



126

Vale lembrar que na fixação do prazo prescricional da pretensão punitiva não são consideradas as circunstâncias agravantes.

Verifica-se assim que não há que se falar em prescrição entre a data da consumação do crime (13/01/1998) e a data do recebimento da denúncia (26/05/1998), todavia, impende reconhecer que entre a data do recebimento da denúncia e a data da publicação da sentença (14/06/2005) foi ultrapassado o lapso prescricional de 04 (quatro) anos.

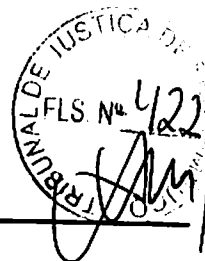
Uma vez configurada a prescrição em abstrato da pretensão punitiva, compete declarar extinta a punibilidade, na forma do artigo 107, inciso IV, do Código Penal.

Diante do exposto, meu voto é no sentido de **dar provimento ao recurso** interposto pelo Ministério Público para reformar parcialmente a sentença, julgando extinta a punibilidade do recorrido, pelo advento da prescrição da pretensão punitiva do delito do art. 10, *caput*, da Lei 9.437/97 e mantendo a condenação do apelado pelo crime de receptação.

É COMO VOTO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

127

PROCESSO Nº 0161027-5

APELAÇÃO CRIMINAL

COMARCA: SÃO LOURENÇO DA MATA

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

APELADO: SEVERINO PAULINO DE SENA TORRES

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

REVISOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

VOTO DE REVISÃO

Sr. Des. Presidente,

Srs. Desembargadores,

Sr. (a) Procurador (a).

Cuida-se de recurso de apelação interposto pelo Ministério Público de Pernambuco contra a sentença de fls. 317/321, prolatada pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de São Lourenço da Mata, o qual condenou **SEVERINO PAULINO DE SENA TORRES** a uma pena de 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão, pela prática do crime de porte ilegal de arma de fogo, tipificado no art. 10, § 3º, IV, da Lei nº 9.437/97, e 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão pelo crime de **receptação simples** (art. 180, *caput*, do Código Penal).

A irresignação recursal está centrada na alegação de que a Lei nº 10.826/03 expungiu a qualificadora da reincidência, inscrita no art. 10, § 3º, IV, da Lei nº 9.437/97, razão pela qual deve remanescer, em relação ao ilícito de porte ilegal de arma de fogo, apenas a condenação do apelado nas sanções do *caput* da Lei nº 9.437/97, tendo

em vista que a novel legislação se afigura mais benéfica para o réu (*novatio legis in melius*).

128



Argumenta o recorrente que com a exclusão da circunstância elementar mais gravosa, torna-se obrigatória a desclassificação do crime atribuído ao apelado para a sua modalidade simples e, por consequência, deve ser decretada a extinção da punibilidade estatal em face da superveniência da prescrição.

Com razão o apelante. O fato delituoso imputado ao apelado ocorreu em 13/janeiro/1998, ou seja, sob os auspícios da Lei nº 9.437/97. Ocorre que, quando da prolação da sentença condenatória, dito diploma legal já havia sido revogado pela Lei nº 10.826/03.

Desta forma, levando em consideração que a vigente legislação suprimiu a qualificadora, insculpida art. 10, § 3º, IV, da Lei nº 9.437/97, bem como em razão do princípio constitucional da retroatividade da lei penal mais benéfica para o réu, descabe a majoração da pena do apelado com fulcro na qualificadora da reincidência, devendo o recorrido ser condenado apenas nas sanções do *caput* do art. da Lei nº 9.437/97, com a aplicação da agravante genérica da reincidência. Neste sentido.

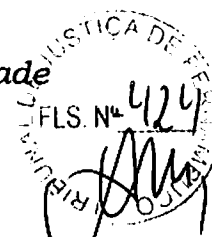
(REsp 710.680/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 26/06/2007, DJ 06/08/2007 p. 618)

RECURSO ESPECIAL. PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 619 DO CPP, 480 E 481 DO CPC. LEI Nº 10.826/2003 (ESTATUTO DO DESARMAMENTO). IMPROCEDÊNCIA. PREVISÃO DA CONDUTA NO CAPUT DO ART. 10, DA LEI N.º 9.437/97.

Com o advento da Lei nº 10.826/03, que suprimiu a forma qualificada do inciso IV do § 3º do art. 10 da Lei nº 9437/97, torna-se imperiosa a desclassificação do delito para a forma

simples - art. 10, caput, de Lei nº 9437/97, pela retroatividade da lei penal mais benéfica. Precedentes.

129



Tendo em vista que o *caput* do art. 10 da Lei nº 9.437/97 comina pena em abstrato de um a dois anos de detenção, é forçoso reconhecer a prescrição da pretensão punitiva estatal.

Nos termos do art. 109, V, do Código Penal, a prescrição da pretensão punitiva é regulada pela pena máxima prevista em abstrato (dois anos), sendo certo que, na situação dos autos, a prescrição ocorrerá em 04 (quatro) anos.

Neste norte, em face dos parâmetros estabelecidos pelo art. 117, IV, do Diploma Punitivo, verifica-se que entre a data do recebimento da denúncia e da publicação da sentença transcorreu um lapso temporal superior a quatro anos, fato que configura a prescrição da pretensão punitiva estatal.

À luz de tais fundamentos, senhores Desembargadores, senhor Procurador de Justiça, em consonância com a manifestação ministerial, voto pelo provimento do recurso interposto pelo Ministério Público, reformando parcialmente a sentença injuriada, com o fim de decretar a extinção da punibilidade estatal relativa ao crime de porte ilegal de arma de fogo, tipificado no art. 10, *caput*, da Lei nº 9.437/97, mantendo, no entanto, a condenação relativa ao crime de receptação.

É COMO VOTO.

Recife, 25 de dezembro de 2010.


Des. Gustavo Augusto Lima

Revisor